



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da **PORTO ALEGRE CLÍNICAS LTDA**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as quais abrangem as normas instituídas pela própria Agência e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC quando referendados pela ANS, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

-Desempenho das Operações, Perspectivas e Planos, conforme normas reguladoras – Capítulo I do Anexo da RN 435/2018, como segue:

A Operadora teve um faturamento com assistência de planos de saúde foi de R\$ 19.736.687,24 no exercício de 2021, um aumento de 3,5% quando comparada ao exercício imediatamente anterior. Também, as receitas de assistência à saúde não relacionadas com o plano foram de R\$ 1.149.493,34 em 2020 para R\$ 1.824.951,32 – um acréscimo de 58,7%.

A busca por diminuição de custo, renegociação de tabelas com prestadores, foco em contrato rentáveis e trabalho da equipe assistencial contaram para um aumento do resultado bruto, ainda que as despesas com eventos tenha sido 5,1% maior, devido a um aumento dos atendimentos por conta de uma demanda reprimida pós covid. O aumento das despesas administrativas teve um impacto direto dentro do resultado líquido, sendo um ponto de atenção a ser considerado para o próximo exercício.

Nossas perspectivas e planos administrativos para os exercícios seguintes são descritas abaixo:

- Fortalecimento de produtos de vendas, com o foco nos produtos comercializados;
- Ampliação do leque de produtos e de serviços para novos segmentos;
- Reavaliação dos produtos coletivos para novas vendas;
- Crescimento da Receita Bruta em 15%;
- Fortalecimento dos programas existentes, e readequação da rede credenciada, almejando a redução de sinistros e equalização na conta de Eventos e Sinistros;
- Consolidação de parcerias e serviços de diagnóstico visando melhor relação de custo-benefício.

Os principais investimentos realizados aos montantes e origens dos recursos alocados inclusive aos de promoção de programação à saúde, são vistos:

- Programas de Prevenção (implementação de Programas PROMOPREV);
- Redução de Despesas Administrativas;



- Redução na Sinistralidade;
- Aumento das Receitas com outros convênios e atendimentos particulares;
- Avaliação e implantação de plataformas comerciais;
- Melhorias e aplicação da verticalização de serviços de diagnósticos e terapias;
- Foco no atendimento ao beneficiário.

A operadora possui aplicações financeiras que montam em R\$ 2.586.434,50 em 31/12/2021, para cobertura de ativos garantidores.

A operadora não possuímos debentures e não há modificações de ocorrências em coligadas e controladas, pois não temos investimentos que mantenha referência.

Agradecimentos

A Administração estende profundamente, o devido agradecimento, pelos êxitos obtidos no decorrer desse ano de 2021, ficando com o maior apresso da preferência e a confiança dos nossos beneficiários, o apoio recebido do Órgão Regulador (ANS), como o trabalho dedicado e comprometimento dos nossos colaboradores.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2021.

PORTO ALEGRE
CLINICAS
LTDA:8989017200019
1

Assinado de forma digital por
PORTO ALEGRE CLINICAS
LTDA:89890172000191
Dados: 2022.04.20 12:14:04
-03'00'

PORTO ALEGRE CLÍNICAS LTDA

PORTO ALEGRE CLÍNICAS LTDA.

CNPJ/MF. 89.890.172/0001-91

Porto Alegre - RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES **SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ilmos. Srs.
Sócios e Diretores da
PORTO ALEGRE CLÍNICAS LTDA.
Porto Alegre - RS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **PORTO ALEGRE CLÍNICAS LTDA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na “base para opinião com ressalva” do nosso relatório, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PORTO ALEGRE CLÍNICAS LTDA.**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião com ressalva

(i) Ausência de memória de cálculo da PPSC para respaldo dos registros contábeis. (ii) Títulos a Receber – No montante de R\$ 8.024.617,06 em 31/12/2021, desprovido de relatório e documentação probatória. (iii) Ativo Não Circulante: Depósitos Judiciais – No montante de R\$ 1.599.796,77 em 31/12/2021, desprovido de relatório do Jurídico, e, Outros Créditos a Receber no valor de R\$ 1.544.612,43 em 31/12/2021, desprovidos de controle probatório. Nota explicativa (4) Subitem 1.2.1 e 1.2.2, respectivamente. (iv) Imobilizado – No montante de R\$ 1.858.904,34 em 31/12/2021, desprovidos de controles analíticos e cálculo “impairment”. Nota explicativa (4) Subitem 1.2.3. (v) Passivo Circulante e Não Circulante – Provisões Técnicas R\$ 6.841.962,95, Tributos e Encargos Sociais a Recolher R\$ 19.330.145,22, Empréstimos e Financiamentos R\$ 3.383,67, Débitos Diversos R\$ 536.562,47 e Provisões Judiciais R\$ 314.247,53, que montam em R\$ 27.026.301,84 em 31/12/2021 desprovidos de controles e documentos probatórios. Nota Explicativa 2.1.1 a 2.1.4, respectivamente. (vi) Margem de Solvência – Insuficiência de R\$ 12.535.832, em 31/12/2021, necessitando de complementação financeira. (vii) Passivo Descoberto – No montante de R\$ 8.893.023,52 em 31/12/2021, necessitando de aporte de capital. Diante dos quais não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a nossa opinião e juízo a respeito.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Parágrafo de Ênfase

Chamamos à atenção para os seguintes assuntos descritos: nota explicativa 06 - Direção Fiscal e Plano de Saneamento proposto, a ANS estendeu a Direção Fiscal, por mais 12 (doze) meses, conforme a Resolução Operacional – RO Nº 2.481, de 2 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União no dia 03 de dezembro de 2019. Considerando o acordo do processo administrativo nº 33910.029873/2018-28, a ANS manteve a continuidade e acompanhamento da Direção Fiscal. Nota explicativa 08 – eventos subsequentes:

direção fiscal: RO nº 2644, da diretoria colegiada da ANS, de 11 de fevereiro de 2021, publicada no diário oficial da união, face anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde. Processo administrativo nº 33910.030550/2019-68. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria correspondente ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício anterior, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós examinadas com modificação de opinião, no relatório dos auditores independentes, datado de 31 de março de 2021: **(i)** Conforme descrito na nota explicativa “4” subitem 1.2.5 a operadora não concluiu o controle efetivo do imobilizado e teste de “*impairment*”. Os encargos de depreciação no valor de R\$ 63.920,31 foram calculados com base no saldo direto das contas, podendo ter influência não estimada no resultado. **(ii)** Conforme nota explicativa “4” a operadora possui, no ativo não circulante créditos tributários e previdenciários, que montam em R\$ 8.601.819,96 em 31/12/2020, e, registrados no passivo circulante e não circulante, tributos e encargos sociais a recolher, que montam em R\$ 20.308.747,37 em 31/12/2020, que estão sendo discutidos judicialmente, dos quais ficamos impossibilitados de formar juízo a respeito. **(iii)** insuficiência de ativos garantidores de R\$ 36.120,82 em 31/12/2020, necessitando de complementação de aplicações garantidoras das provisões técnicas. **(iv)** insuficiência da margem de solvência que monta em R\$ 195.435,34 em 31/12/2020, necessitando aporte de capital no patrimônio líquido para cobertura. Essas informações devem ser consideradas na leitura das demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, **(i)** Ausência de memória de cálculo da PPSC para respaldo dos registros contábeis. **(ii)** Títulos a Receber – No montante de R\$ 8.024.617,06 em 31/12/2021, desprovido de relatório e documentação probatória. **(iii)** Ativo Não Circulante: Depósitos Judiciais – No montante de R\$ 1.599.796,77 em 31/12/2021, desprovido de relatório do Jurídico, e, Outros Créditos a Receber no valor de R\$ 1.544.612,43 em 31/12/2021, desprovidos de controle probatório. Nota explicativa (4) Subitem 1.2.1 e 1.2.2, respectivamente. **(iv)** Imobilizado – No montante de R\$ 1.858.904,34 em 31/12/2021, desprovidos de controles analíticos e cálculo “*impairment*”. Nota explicativa (4) Subitem 1.2.3. **(v)** Passivo Circulante e Não Circulante – Provisões Técnicas R\$ 6.841.962,95, Tributos e Encargos Sociais a Recolher R\$ 19.330.145,22, Empréstimos e Financiamentos R\$ 3.383,67, Débitos Diversos R\$ 536.562,47 e Provisões Judiciais R\$ 314.247,53, que montam em R\$ 27.026.301,84 em 31/12/2021. desprovidos de controles e documentos probatórios. Nota Explicativa 2.1.1 a 2.1.4, respectivamente. **(vi)** Margem de Solvência – Insuficiência de R\$ 12.535.832, em 31/12/2021, necessitando de complementação financeira. **(vii)** Passivo Descoberto – No montante de R\$ 8.893.023,52 em 31/12/2021, necessitando de aporte de capital. Diante de tais não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a nossa opinião e juízo a respeito. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esse assunto.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações

Os responsáveis pela governança da operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

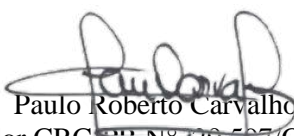
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da operadora. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da operadora para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de março de 2022.


Paulo Roberto Carvalho
Contador CRC-PR N.º 20.597/O-9 S/RS
Responsável Técnico

CEC Auditores Independentes S/S
CRC-PR N.º 6.141/O-9


Priscila Ingrid Carvalho
Contadora CRC-PR N.º 076.610/O-8 S/RS
Auditora Sênior

CEC AUDITORES Assinado de forma
INDEPENDENTE digital por CEC
S S AUDITORES
S:10893640000 INDEPENDENTES S
121 S:10893640000121
Dados: 2022.03.31
10:17:05 -03'00'

PORTO ALEGRE CLÍNICAS LTDA.

CNPJ/MF. 89.890.172/0001-91

Porto Alegre - RS

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO Nº 026/2022

(BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2021)

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Em cumprimento ao contrato de prestação de serviços celebrado com V. Sas., procedemos ao exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2021, compreendendo a análise do balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa.

Procedemos ainda, revisão dos controles internos verificando aspectos mínimos elencados pelo Órgão Regulador com o objetivo de identificar possíveis deficiências ou à ineficácia por venturas existentes, certificando a consistência e fidedignidade dos dados registrados na escrituração contábil da Operadora. Para a realização deste trabalho nos detivemos à exigência de controles, previstas do Anexo – Capítulo I – Normas Gerais do Plano de Contas Padrão ANS.

Nosso trabalho, realizado por amostragem, para a data base 31/12/2021, foi programado e conduzido de acordo com o seguinte: Instrução CVM nº 23/2021; NBCTA 200 (R2); NBCTA 230 (R1); Resolução CFC nº 1.210/2009, que aprovou a NBC TA 265 – Comunicação de Deficiências de Controle Interno, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC; NBCTA 500 (R1); NBCTA 700; NBCTA 701; NBCTA 706 e demais normas brasileiras de contabilidade.

Essas normas determinam os objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com as normas de auditoria, dispõe sobre a documentação da auditoria e evidência de auditoria, esclarecendo sobre a formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis e comunicação dos principais assuntos que devem nele constar, destacando parágrafos de ênfase e parágrafos de outros assuntos.

As normas que englobam o trabalho de auditoria requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de riscos, o auditor considera os **controles internos** utilizados na elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da operadora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Compete à administração da Operadora auditada e governança corporativa a responsabilidade pela adequação dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorções relevantes.

Este relatório deve ser de uso restrito da **Porto Alegre Clínicas Ltda**, sua utilização para outros fins, que não o interno, é de responsabilidade dessa administração.

Em decorrência dos exames efetuados e visando atender a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, estamos emitindo o presente relatório com nossas observações.

2. RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

2.1. ASPECTOS CONTÁBEIS, CONTROLES INTERNOS E NORMAS LEGAIS/REGULAMENTARES

2.1.1. CONTAS PATRIMONIAIS ATIVAS, PASSIVAS E DE RESULTADO

Examinamos as contas patrimoniais ativas, passivas e de resultado verificando documentos e controles internos, realizando o confronto com a posição dos registros contábeis, memórias de cálculo e planilhas de conciliação, tendo a comentar:

2.1.1.1. Disponível

O valor da rubrica estava composto por:

Descrição	2021	2020
Caixa (i)	24.396,97	13.992,36
Bancos Conta Movimento (ii)	29.197,32	2.434,70
Total	53.594,29	16.427,06

(i) A operadora não encaminhou Relatório Analítico, nem tampouco o Boletim de Caixa, com movimentação mensal das entradas e saídas do caixa, assinado pelo responsável do setor e contabilidade, para respaldar os registros contábeis. Não acompanhamos a contagem física dos numerários em 31/12/2021.

Recomendamos providenciar relatório analítico de caixa e boletins de caixas assinados pelos responsáveis para resguardar a consistência dos saldos apresentados nos registros contábeis em 31/12/2021.

(ii) A operadora apresentou extratos do Banrisul S/A., Banco Itaú S/A. e Grafeno, que respaldam os registros contábeis em 31/12/2021.

Recomendamos que sejam mantidos documentos, planilhas de conciliação, extratos e controles analíticos, que corroborem os saldos da rubrica em 31/12/2021.

2.1.1.2. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

O saldo da rubrica estava composto:

Descrição	2021	2020
<u>Cobertura Assistencial com Preço Prestabelecido</u>	<u>1.417.263,42</u>	<u>2.384.070,43</u>
Contraprestação Pecuniária/Prêmios a Receber	1.884.381,40	2.565.080,47
Individual (i)	787.143,77	136.058,62
Coletivo sem Administradora de Benefícios como Estipulante (ii)	1.097.237,63	2.429.021,85
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos (iii)	467.117,98	181.010,04
Individual	185.512,30	6.545,97
Coletivo sem Administradora de Benefícios como Estipulante	281.605,68	174.464,07
<u>Cobertura Assistencial com Preço Pós estabelecido</u>	<u>0,00</u>	<u>17.573,81</u>
Contraprestação Pecuniária/Prêmios a Receber	0,00	17.573,81
Individual	0,00	17.573,81
<u>Participação dos Beneficiários em Ev./Sin. Ind. Méd. Hosp.</u>	<u>0,00</u>	<u>386.138,21</u>
<u>Outros Créd.de Oper.com Planos de Ass. Méd. Hosp.</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Total	1.417.263,42	2.787.782,45

(i) **Contraprestações Individuais:** A operadora apresentou controle de mensalidade contraprestações individuais, que respaldam o saldo dos registros contábeis em 31/12/2021.

(ii) **Contraprestações Coletivas:** A operadora apresentou controle de mensalidade contraprestações coletivas de R\$ 1.097.237,63, que corrobora o saldo dos registros contábeis em 31/12/2021.

(iii) **PPSC Individuais/Coletivo:** A operadora apresentou controle analítico da provisão de perda sobre crédito, individual e coletivo, que monta em R\$ 467.117,98, porém não apresentou memória de cálculo para respaldar o saldo dos registros contábeis em 31/12/2021.

Recomendamos manter controles, relatório e documentos probatórios. Não foi apresentado memória de cálculo da PPSC Individual/Coletivo para respaldo dos registros contábeis em conformidade Capítulo 1 – Normas Gerais do Plano de Contas Padrão ANS em 31/12/2021. O motivo de inexistência de memória de cálculo está como destaque “ressalva” no Relatório do Auditor Independente datado em 31/03/2022.

2.1.1.3. Bens e Títulos a Receber

O saldo da rubrica estava composto:

Descrição	2021	2020
Estoques	373.020,98	584.310,46
Estoques (i)	189.528,12	247.739,02
Almoxarifado (ii)	183.492,86	336.571,44
Títulos a Receber (iii)	8.073.640,53	7.159.912,74
Cheques e Ordens a Receber	49.023,47	163.245,36
Outros Títulos a Receber	8.024.617,06	6.996.667,38
Outros Créditos a Receber (iv)	16.307,60	64.244,85
Outros Créditos ou Bens a Receber	16.307,60	64.244,85
Total	8.462.969,11	7.808.468,05

(i) Estoques: A operadora apresentou Relatório Analítico dos Estoques, que corrobora o saldo dos registros contábeis, porém não apresentou Termo de Responsabilidade dos Estoques, devidamente assinado pelo responsável do setor e responsável da contabilidade em 31/12/2021.

(ii) Almojarifado: A operadora apresentou Relatório Analítico do Almojarifado, que respalda o saldo dos registros contábeis em 31/12/2021.

Recomendamos providenciar Termo de Responsabilidade dos Estoques devidamente assinado de modo a respaldar o saldo dos registros contábeis em 31/12/2021.

(iii) Títulos a Receber: Nossa análise identificou que o saldo de R\$ 49.023,47 se refere a cheques e ordens a receber e saldo R\$ 8.024.617,06 da empresa Free Market Fomento Mercantil, ambos sem apresentação de relatório/documentação probatória, que possa respaldar o saldo dos registros contábeis em 31/12/2021. Diante do fato, não podemos opinar sobre a consistência dos saldos nos registros contábeis. O motivo de inexistência de relatórios e documentação probatória fornecidos tempestivamente está como destaque “ressalva” no Relatório do Auditor Independente datado em 31/03/2022.

(iv) Outros Créditos a Receber: Analisamos que se trata de cartões de créditos a receber, porém não foi apresentado relatório analítico, tampouco documentação probatória para corroborar os registros contábeis em 31/12/2021.

Recomendamos providenciar controles, relatório analíticos e documentação probatória de modo a respaldar o saldo dos registros contábeis em 31/12/2021.

2.1.1.4. Despesas Antecipadas

O saldo da rubrica estava formado:

Descrição	2021	2020
Despesas Patrimoniais	2.200,00	0,00
Total	2.200,00	0,00

O saldo da rubrica se refere a despesas patrimoniais R\$ 2.200,00. A operadora não apresentou controle analítico/documentação probatória para respaldar os registros contábeis em 31/12/2021.

Recomendamos providenciar controle e documentação probatória para comprovar a fidedignidade do saldo dos registros contábeis em 31/12/2021.

2.1.1.5. Depósitos Judiciais

O saldo do grupo, estava assim formado:

Descrição	2021	2020
Depósitos Judiciais - Eventos / Sinistros	1.160.681,50	1.152.138,45
Depósitos Judiciais e Fiscais – Tributos	95.584,96	41.116,07
Depósitos Judiciais – Cíveis	106.348,23	39.983,54
Depósitos Judiciais- Trabalhistas	237.182,08	159.954,70
Total	1.599.796,77	1.393.192,76

Em análise a rubrica se refere a Depósitos Judiciais de Eventos/Sinistros, Tributos, Cíveis e Trabalhistas, que totalizam R\$ 1.599.796,77. Não foram encaminhados relatório analítico e documentação probatória para respaldo dos registros contábeis em 31/12/2021.

Recomendamos providenciar documentação probatória para corroborar os registros contábeis em 31/12/2021. A inexistência de documentação fornecida tempestivamente está como destaque “ressalva” no Relatório do Auditor Independente datado em 31/03/2022.

2.1.1.6. Outros Créditos a Receber a Longo Prazo

O saldo da rubrica outros créditos a receber, estava assim formado:

Descrição	2021	2020
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	1.544.612,43	2.144.612,43
Total	1.544.612,43	2.144.612,43

Em análise a rubrica, não identificamos controle/relatório documentação analítico de modo a respaldar o saldo dos registros contábeis em 31/12/2021.

Recomendamos providenciar controle e documentação probatória para respaldar os registros contábeis em 31/12/2021. A inexistência de documentação probatória fornecida tempestivamente está como destaque “ressalva” no Relatório do Auditor Independente datado em 31/03/2022.

2.1.1.7. Imobilizado

O Imobilizado estava composto:

Descrição	Custo	Adições	Baixas	Depreciação Acumulada	2021	2020	% Depr.
Imóveis de Uso Próprio Hosp./Odont.	8.510,00	0,00	0,00	0,00	8.510,00	8.510,00	
Edificações	8.510,00	0,00	0,00	0,00	8.510,00	8.510,00	4
Imobilizado de Uso Pr. - Hosp./Odont.	1.336.392,48	332,17	0,00	1.073.518,53	263.206,12	281.690,15	
Instalações	101.003,71	0,00	0,00	47.634,49	53.369,22	59.057,13	10
Máquinas e Equipamentos	708.249,94	0,00	0,00	650.156,45	58.093,49	63.300,18	10
Eq. de Proc. Eletrônico de Dados - Hardware	150.401,97	332,17	0,00	117.836,99	32.897,15	39.981,25	20
Móveis e Utensílios	115.067,74	0,00	0,00	214.484,08	-99.416,34	-100.975,28	10
Veículos	51.244,61	0,00	0,00	43.406,52	7.838,09	9.902,36	20
Reavaliação Móveis e Utensílios	206.424,51	0,00	0,00	0,00	206.424,51	206.424,51	
Reavaliação Veículos	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00	
Imobilizado de Uso Pr. - Não Hosp./Não Odont.	441.422,47	0,00	0,00	419.612,59	21.809,88	138.876,51	
Instalações	0,00	0,00	0,00	16.750,60	-16.750,60	-16.750,60	10
Máquinas e Equipamentos	86.212,88	0,00	0,00	64.687,35	21.525,53	45.618,98	10
Móveis e Utensílios	84.273,61	0,00	0,00	101.763,71	-17.490,10	67.620,44	10
Veículos	270.935,98	0,00	0,00	236.410,93	34.525,05	42.387,69	20
Imobiliza. em Curso - Não Hosp./Não Odont.	1.120.769,32	0,00	0,00	0,00	1.120.769,32	1.120.769,32	
Outras Imobilizações	1.120.769,32	0,00	0,00	0,00	1.120.769,32	1.120.769,32	
Outras Imobilizações - Hosp./Odont.	480.072,65	0,00	0,00	35.463,63	444.609,02	448.677,23	
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	406.437,28	0,00	0,00	0,00	406.437,28	406.437,28	10
Outras Imobilizações	73.635,37	0,00	0,00	35.463,63	38.171,74	42.239,95	
Total do Imobilizado	3.387.166,92	332,17	0,00	1.528.594,75	1.858.904,34	1.998.523,21	

Procedemos exame das mutações patrimoniais da rubrica no período, verificando: adições, baixas, transferências e encargos de depreciação. Foi apresentado para análise relatório de depreciação acumulada que respalda o saldo dos registros contábeis. Em análise a operadora não apresentou controle analítico dos bens do imobilizado; não foi apresentado Termo de Responsabilidade do Imobilizado assinado pelo responsável do setor e responsável da contabilidade, tampouco controle auxiliar analítico de “*impairment*” para corroborar os registros contábeis em 31/12/2021. Analisamos registros contábeis e relatório de depreciação, identificamos conta de Reavaliação de Móveis e Utensílio R\$ 206.424,51 e Reavaliação de Veículos R\$ 4.000,00, totalizando R\$ 210.424,51.

Os encargos de depreciação acumulada montam em R\$ 1.528.594,75 em 31/12/2021. Os encargos de depreciação do exercício montam em R\$ 48.785,55 em 31/12/2021.

Recomendamos que seja providenciado:

- (1) Relatório Auxiliar Analítico contemplando todo o imobilizado da operadora, contendo custo de aquisições, adições, baixas, depreciações, taxas de depreciação e saldo líquido;
 - (2) Termo de Responsabilidade do Imobilizado, assinado pelo responsável do setor;
- Valor Recuperável (*Impairment Test*) dos Ativos Imobilizados

Cabe salientar sobre a necessidade de se proceder a teste de “*impairment*” para ativos tangíveis e intangíveis, em especial “*goodwill*” (quando existente), objetivando reconhecer eventuais perdas por desvalorização.

Em consonância com as Normas, Interpretações e Comunicados Técnicos de forma convergente com as Normas Internacionais de Contabilidade e a promoção de uso dessas normas nas demonstrações contábeis para fins gerais no Brasil, e adaptando-as à operadora no que lhe diz respeito, à luz do que determina a NBC T 19.41 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Seção 27 Redução do Valor Recuperável para Ativo em seu item 27.7 Indicadores de desvalorização que diz “Se não existir indicação de desvalorização, não é necessário estimar o valor recuperável” e com base nas informações obtidas, de não haver indicação de que os ativos fixos (imobilizado e intangível) apresentassem perda de representatividade econômica, a contabilidade manterá os mesmos parâmetros para os valores dos bens do grupo do imobilizado e intangível e respectivos métodos para depreciação e amortização destes, contudo recomenda-se para o final do ano seguinte o procedimento de se testar e avaliar a redução do valor recuperável do ativo fixo, salvo se não houver necessidade. Em reunião com a administração da operadora, está sendo estudado a viabilidade de contratação de empresa especializada na realização do teste de recuperabilidade “*impairment*”.

(3) Realizar ajustes necessários referente a reavaliação:

A Reavaliação de Ativos está vedada pelas Normas Legais e Contábeis desde dezembro de 2007, com base na Lei nº 11.638 de 2007, que alterou a Lei 6.404/76 e pelas Normas Contábeis, na Resolução CFC Nº. 1.157/09.

Conforme Art. 6º da Lei nº 11.638 de 2007:

“Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que esta Lei entrar em vigor”.

A Resolução CFC nº 1.157/09 que aprova Comunicado Técnico CTG 02, nos itens 127 à 132 – Reserva de reavaliação:

“A Lei nº. 11.638/07 eliminou todas as menções à figura da reavaliação espontânea de ativos. Assim, prevalecem apenas as menções de que os ativos imobilizados, por exemplo, só podem ser registrados com base no seu efetivo custo de aquisição ou produção.

Algumas dúvidas têm sido suscitadas quanto à interpretação de que a não menção à reavaliação não impede que ela seja feita espontaneamente. O CFC alerta para o fato de que a reavaliação está sim, impedida, desde o início do exercício social iniciado a partir de 01 de janeiro de 2008, em função da existência dos critérios permitidos de avaliação para os ativos não monetários

O fato de ter havido mudança de critério de avaliação para certos instrumentos financeiros, que agora passam, conforme sua classificação, a ser avaliados ao valor justo, nada tem a ver com a reavaliação. Avaliação a valor justo e reavaliação de ativos são institutos e conceitos contábeis diferentes, baseados inclusive em fundamentos distintos (valor justo, por exemplo, é valor de mercado de venda, ou valor esperado de fluxo de caixa futuro, enquanto a reavaliação se faz com base no valor de reposição).

Outra diferenciação: avaliação a valor justo somente se aplica a ativos destinados à venda, enquanto a reavaliação somente se aplica a ativos destinados a serem utilizados futuramente pela empresa

A NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado e NBC TG 04 (R4) – Ativo Intangível menciona a figura da reavaliação, mas cita expressamente “se permitida legalmente”; essa permissão não existe hoje. O Pronunciamento Técnico CPC 27 sobre Ativo Imobilizado poderá mencionar o mesmo, mas a adoção da reavaliação no Brasil só poderá ser feita se houver mudança na Lei vigente

Assim, a partir de 2008 estão vedadas para todas as sociedades brasileiras novas reavaliações espontâneas de ativos”

Recomendamos providenciar controle analítico dos bens do imobilizado, Termo de Responsabilidade do Imobilizado devidamente assinado, controle auxiliar analítico de “*Impairment*” conforme NBC T 19.41 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Seção 27 Redução do Valor Recuperável para Ativo e realizar ajustes necessários referente a reavaliação, conforme Lei nº 11.638 de 2007, Resolução CFC nº 1.157/09 que aprova Comunicado Técnico CTG 02 e NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado, e demais normas complementares em vigor. A inexistência de controles analíticos e documentações probatórias fornecidas tempestivamente está como destaque “ressalva” no Relatório do Auditor Independente.

2.1.1.8. Ausência de Controles e Documentos Probatórios

Grupos em destaque a seguir, que refletem o saldo do Passivo Circulante e Passivo Não Circulante, não foram apresentados: controles, memórias de cálculos, relatórios e documentação probatória do período analisado, de modo a respaldar os saldos dos registros contábeis em 31/12/2021.

2.1.1.8.1. Provisões Técnicas (Passivo Circulante) R\$ 4.955.518,35

2.1.1.8.2. Tributos e Encargos Sociais a Recolher (Passivo Circulante) R\$ 6.542.202,54

2.1.1.8.3. Empréstimos e Financiamentos a Pagar R\$ 3.383,67

2.1.1.8.4. Débitos Diversos R\$ 536.562,47

2.1.1.8.5. Provisões Técnicas (Passivo Não Circulante) R\$ 1.886.444,60

2.1.1.8.6. Provisões (Ações Judiciais) R\$ 314.247,53

2.1.1.8.7. Tributos e Encargos Sociais a Recolher (Passivo Não Circulante) R\$ 12.787.942,68

Ante o exposto, não podemos opinar sobre a consistência e fidedignidade dos saldos destas rubricas apresentadas nos registros contábeis. O fato é destaque de “ressalva” do Relatório do Auditor Independente datado em 31/03/2022.

2.1.2. MARGEM DE SOLVÊNCIA

Embasados nos dados fornecidos pela empresa atuária, validamos os cálculos efetuados da base de dados da Margem de Solvência, observando que o patrimônio da sociedade está insuficiente em R\$ 12.535.832,72 em 31/12/2021, necessitando de aporte de capital pelo sócios para atendimento das exigências da RN 451, de 06 de março de 2020 (com alterações). O fato é destaque de “ressalva” do Relatório do Auditor Independente datado em 31/03/2022.

Recomendamos à administração da operadora, estudar a viabilidade de aporte financeiro, para suprir insuficiência em destaque e acompanhamento criterioso dos resultados mensais das receitas e despesas. Cabe ressaltar que o elevado saldo de insuficiência, poderá ser questionado pelo Órgão Regulamentador – ANS.

2.1.3. CIRCULARIZAÇÃO – CONFIRMAÇÃO DE SALDOS EXTERNOS

Como parte integrante habitual de nossos exames e em cumprimento da Resolução do CFC nº 1.217/2009, que aprovou a NBC TA 500 (R1), que trata da “Evidência de Auditoria” em consonância com NBC TA 200 (R1), NBC TA 315 (R2), NBC TA 330 (R1) e NBC TA 570, orientamos a realização de circularizações na data base 31/12/2021, visando a confirmação de saldos junto às instituições financeiras, clientes, fornecedores, advogados etc. A operadora não apresentou circularização conforme exigência da norma supracitada, obtendo-se posição atualizadas de modo a resguardar a integridade dos saldos das contas patrimoniais apresentadas do Balanço Patrimonial.

Ressaltamos que a Auditoria enviou à Operadora modelos de carta de circularização que, após terem sido autorizadas pela administração, deveriam ter sido enviadas por meio físico ou eletrônico (por e-mail), com retorno de resposta diretamente ao Auditor Independente: priscila@carvalhoecarvalho.com.br, na data base citada, sob a responsabilidade do setor financeiro.

Recomendamos à governança da operadora providenciar circularização e contato permanente com as instituições financeiras, seguradoras, clientes, fornecedores, advogados, etc. envolvidas no processo, objetivando a interação das incertezas e seu possível efeito cumulativo sobre os resultados nas demonstrações contábeis. Identificamos que a operadora possui, saldos nos registros contábeis relevantes (significativos), sem a devida documentação probatória fornecida tempestivamente, tampouco realizada a circularização para corroborar os registros contábeis.

2.1.4. CONTINGÊNCIAS

A administração da operadora representada pelos Sócios e Diretores são responsáveis pela informação dos processos em trâmite, situação e riscos.

No processo de indagação colocamos a necessidade dessa informação ser providenciada para análise do Balanço Patrimonial 2021. Analisamos o saldo do grupo Provisões para Ações Judiciais R\$ 314.247,53 dos registros contábeis, dos quais não foi apresentado relatório analítico do jurídico com destaque a todos os processos e as probabilidades de perda provável, possíveis e remotas, para respaldo dos registros contábeis. Destaque subitem **2.1.1.8.6. Provisões (Ações Judiciais) (deste relatório)**, com reflexo no resultado do exercício da operadora em 31/12/2021.

Recomendamos que seja solicitado referido relatório aos advogados, e com base nele, sejam atualizados contabilmente as provisões de contingências passivas considerando as probabilidades de perda provável, possíveis e remotas, que obrigatoriamente devem ser divulgadas nas notas explicativas, nos moldes da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.329/11 e Norma Brasileira de Contabilidade Gerais – NBC TG 25 (R2).

2.1.5. CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO - CCL

Para a data base analisada, a Operadora apresenta Capital Circulante Líquido – CCL **positivo R\$ 983.563,39 em 31/12/2021** (AC R\$ 13.021.230,62 em 31/12/2021 – PC R\$ 12.037.667,03 em 31/12/2021), e positivo em R\$ 4.761.751,58 em 31/12/2020, respectivamente.

No procedimento de comparabilidade, constatou-se que a operadora apresentou redução, em relação ao exercício anterior, no índice do Capital Circulante Líquido – CCL. Recomendamos acompanhamento efetivo e permanente do índice do CCL.

2.1.6. CONTROLES INTERNOS – DEFICIÊNCIAS OU À INEFICÁCIA

Consoante o Capítulo 1 – Normas Gerais do Plano de Contas Padrão ANS, “O Relatório Circunstanciado” relativamente às deficiências ou à ineficácia dos controles internos deve abranger as observações identificadas na auditoria das demonstrações financeiras e ainda conter, no mínimo, observações sobre:

- a) processos de comercialização e comissionamento;
- b) recepção e processamento de contas médicas;
- c) contratualização de prestadores e operadoras que fazem intermediação de rede indireta;
- d) cadastro de beneficiários;
- e) faturamento de contraprestações;
- f) contabilidade das provisões técnicas ou outras provisões;
- g) controle e limites financeiros para valores a pagar e a receber da operadora; e
- h) transações com partes relacionadas, adiantamentos e empréstimos”.

2.1.6.1. Processos de Comercialização e Comissionamento

a) Comercialização

Em análise não foram apresentados contratos de prestação de serviços da operadora bem como os controles de processos de comercialização, de modo a obter evidências apropriadas e suficientes de que os mesmos atendem a exigência do Capítulo 1 – Normas Gerais do Plano de Contas Padrão ANS.

Recomendamos providenciar documentação probatória de modo a respaldar o saldo dos registros contábeis em conformidade com a exigência do Capítulo 1 – Normas Gerais do Plano de Contas Padrão ANS.

b) Comissionamento

Identificamos que a operadora não apresentou controles de comissionamento, conforme exigência do Capítulo 1 – Normas Gerais do Plano de Contas Padrão ANS.

Recomendamos providenciar controle de comissionamento de modo a respaldar o saldo dos registros contábeis em conformidade com a exigência do Capítulo 1 – Normas Gerais do Plano de Contas Padrão ANS.

2.1.6.2. Recepção e Processamento de Contas Médicas/Odontológicas

Em análise ao período não foi apresentado controles gerenciais dos processos de recepção de contas, emissão e liberação de guias, procedimentos a beneficiários, conforme exigência do Capítulo 1 – Normas Gerais do Plano de Contas Padrão ANS.

Recomendamos providenciar controles gerenciais e documentação probatória em conformidade a norma supracitada.

2.1.6.3. Contratualização de Prestadores e Operadoras que fazem Intermediação de Rede Indireta

a) Contratualização de Prestadores

No período analisado, a operadora não apresentou contratos com prestadores da operadora para consistência e fidedignidade dos saldos com os registros contábeis em conformidade com as exigências da norma supracitada.

Recomendamos providenciar Contratualização de Prestadores e documentação probatória, para respaldar os registros contábeis e exigência da norma supracitada.

b) Operadoras que fazem Intermediação de Rede Indireta

No período analisado não foram apresentados contratos com prestadores, referente a intermediação de rede indireta, de modo a respaldar o saldo dos registros contábeis.

Recomendamos providenciar e manter contratos com prestadores de modo a corroborar o saldo dos registros contábeis e exigência do Capítulo 1 – Normas Gerais do Plano de Contas Padrão ANS.

2.1.6.4. Cadastro de Beneficiários

As operadoras são obrigadas a informar dados cadastrais dos consumidores de planos de saúde à ANS, tais como: nome completo do consumidor, data de nascimento, nome completo da mãe do consumidor, nº do CPF e nº do Cartão Nacional de Estabelecimento de Saúde - CNES. Devem fornecer também os dados do plano contratado pelo consumidor.

O Sistema de Informações de Beneficiários (SIB) é o sistema que as operadoras de planos privados de saúde utilizam para enviar, mensalmente, os dados de atualização cadastral de seus beneficiários. O envio desses dados é regulamentado pelas Resoluções Normativas RN nº 295, de 9 de maio de 2012 (com nova versão a partir de 01/01/2015); RN nº 303, de 03 de setembro de 2012; RN nº 361, de 03 de dezembro de 2014; RN nº 376, de 28 de abril de 2015 e pela Instrução Normativa IN nº 50/DIDES, de 26 de setembro de 2012 (com nova versão a partir de 01/01/2015).

No período analisado não foi disponibilizado para análise a documentação probatória de envio da REA – Relatório do Atendimento das Ouvidorias, SIP – Sistema de Informações de Produtos e TISS – Troca de Informações de Saúde Suplementar referente ao período de 2021.

Recomendamos manter documentação probatória e cumprimento no que diz respeito ao cadastro de beneficiários e demais obrigações junto à ANS.

2.1.6.5. Faturamento de Contraprestações

Examinamos Faturamento de Contraprestações, verificamos que a operadora não apresentou documentação probatória de modo a respaldar o saldo dos registros contábeis.

Recomendamos manter controle analítico e documentação probatória para corroborar os registros contábeis e em conformidade às exigências da norma supracitada.

2.1.6.6. Contabilidade das Provisões Técnicas ou Outras Provisões

Os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde estão regulamentados pela Resolução Normativa nº 329, de 24 de maio de 2013 e Resolução Normativa nº 393, de 09 de dezembro de 2015 (com alterações pela Resolução Normativa nº 442, de 20 de dezembro de 2018).

Conforme **item 2.1.1.6. Provisões Técnicas (Passivo Circulante e Não Circulante) (deste relatório)** não foram apresentados: controles, memórias de cálculos, relatórios e documentação probatória no período analisado de modo a respaldar os saldos dos registros contábeis em 31/12/2021. Motivo esse que nos impossibilitou de concluir pela real consistência dos saldos apresentados nos registros contábeis.

2.1.6.7. Controle e Limites Financeiros para Valores a Pagar e a Receber da Operadora

A operadora possui uma política interna de controle dos limites financeiros de valores a pagar e a receber que necessitam de melhorias, pelo que reiteramos nossa recomendação de implantação completa no Sistema próprio (que possui) com a contabilidade, de forma que proporcionem maior segurança a respeito dos recebimentos que são feitos diretamente no setor de contas a pagar e objetividade para as análises econômico-financeiras da operadora.

2.1.6.8. Transações com Partes Relacionadas, Adiantamentos e Empréstimos

a) Transações com Partes Relacionadas

A operadora não possui transações com Partes Relacionadas.

b) Adiantamentos

A operadora não possui adiantamentos pendentes.

c) Empréstimos

A operadora possui empréstimos junto ao Banco Bradesco R\$ 3.383,67. Não foi apresentada documentação probatória, conforme **item 2.1.1.8. Empréstimos e Financiamentos a Pagar (deste relatório)**, motivo esse não podemos opinar pela fidedignidade dos saldos nos registros contábeis em 31/12/2021.

3. COMENTÁRIOS ADICIONAIS

3.1. PASSIVO A DESCOBERTO

A operadora se encontra com passivo descoberto que monta em (R\$ 8.893.023,52) em 31/12/2021, com influência na margem de solvência **item 2.1.2 (deste relatório)**, havendo necessidade de aporte de capital para suprir a deficiência. O fato é destaque como “ressalva” no Relatório dos Auditores Independentes – RAI datado em 31/03/2022.

3.2. INSTRUÇÕES DIRETIVAS (ID’S) E OFÍCIOS

No período não foram apresentadas para análise todas as Instruções Diretivas (ID’s) emitidas pelo Diretor Fiscal bem como todos os Ofícios enviados pela ANS durante período de 2021, sob análise. Diante do fato ficamos impossibilitados de opinar sobre o atendimento das adequações e orientações solicitadas à operadora.

3.3. DIREÇÃO FISCAL

A operadora se encontra em Direção Fiscal. Apesar da informação **Nota Explicativa 02** “Ao elaborar as demonstrações contábeis, a administração avaliou a capacidade da entidade, continuar em operação em futuro previsível e declara que não tem a intenção de liquidá-la ou cessar seus negócios, ou ainda não apresenta evidências realistas para a descontinuação de suas atividades”, a ANS destaca **Nota Explicativa 06** Em 11 de Fevereiro de 2021, publicado no Diário Oficial da União, a Resolução Operacional de Nº 2.644, a Diretoria colegiada da Agência Nacional de Saúde Complementar – ANS, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.030550/2019-68, que adotou a Resolução Operacional-RO, em vigor na data da publicação, ficou-se instaurada o Regime da Direção Fiscal (DF). Cabe ressaltar que no período analisado, não fomos informados durante período analisado, sobre a Direção Fiscal.

3.4. AUSÊNCIA DO LIVRO RAZÃO CONTÁBIL COMPLETO

Em análise não foi apresentado livro razão contábil completo, tempestivamente, relativo ao período de janeiro a dezembro/2021, para análise e acompanhamento dos saldos nos registros contábeis.

3.5. AUSÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ASSINADAS

A operadora não apresentou para análise todas as Demonstrações Financeiras (ATIVO, PASSIVO, DRE, DFC, DMPL) devidamente assinadas pelo responsável da contabilidade, tempestivamente, para análise do Balanço Patrimonial 2021 da operadora Porto Alegre Clínicas Ltda.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer de nossos trabalhos, identificamos passivo a descoberto (R\$ 8.893.023,52); insuficiência de margem de solvência (R\$ 12.535.832,72) em 31/12/2021, necessitando de aporte de capital pelo sócios para atendimento das exigências da RN 451, de 06 de março de 2020 (com alterações); inexistência de controles, memórias de cálculos, razão contábil, relatórios, documentação probatória do grupo Passivo Circulante e Passivo Não Circulante; não apresentação para análise de todas as Instruções Diretivas (ID's) e Ofícios no período de 2021 e não apresentação tempestiva para análise das Demonstrações Financeiras Assinadas de 2021.


Executamos outros procedimentos adicionais de auditoria, necessários nas circunstâncias, objetivando obter evidência apropriada e suficiente capaz de determinar que as demonstrações contábeis fossem apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, abrangendo tanto a análise das contas patrimoniais e de resultado, bem como, a identificação de outros atos e fatos que pudessem ter reflexo nas demonstrações contábeis.

Utilizamos, ainda, processo de entrevista e indagação à administração com intuito de orientá-la quanto à existência de possíveis não conformidades bem como as providências necessárias para a sua regularização.

A opinião dos auditores independentes, manifestada no “Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis”, com ressalva de opinião, datado de 31 de março de 2022, faz parte integrante deste trabalho.

Curitiba (PR), 31 de março de 2022.

CEC Auditores Independentes S/S
CRC-PR nº 6141/O-9


PAULO ROBERTO CARVALHO
Contador CRC-PR nº 020.597/O-9 S/RS
Sócio Responsável Técnico


PRISCILA INGRID CARVALHO
Contadora CRC-PR nº 076.610/O-8 S/RS
Auditora Sênior

CEC AUDITORES
INDEPENDENTES S
S:10893640000121

Assinado de forma digital por
CEC AUDITORES
INDEPENDENTES S
S:10893640000121
Dados: 2022.03.31 10:21:41
-03'00'

PORTO ALEGRE CLINICAS LTDA
CNPJ/MF. 89.890.172/0001-91
Porto Alegre-RS

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	NOTAS	31/12/2021	AH	31/12/2020
ATIVO CIRCULANTE		<u>13.021.230,62</u>	-4,2%	<u>13.588.476,08</u>
Disponível	4 (1.1.1)	53.594,29	226,3%	16.427,06
Realizável		<u>12.967.636,33</u>	-4,5%	<u>13.572.049,02</u>
Aplicações Financeiras	4 (1.1.2)	<u>2.616.927,29</u>	3,5%	<u>2.529.257,60</u>
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		2.586.434,50	3,5%	2.498.764,81
Aplicações Livres		30.492,79	0,0%	30.492,79
Créditos de Op. Planos de Assistência à Saúde	4 (1.1.3)	<u>1.417.263,42</u>	-49,2%	<u>2.787.782,45</u>
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		1.417.263,42	-41,0%	2.401.644,24
Créditos de Operações de Adm. de Benefícios		0,00	-	0,00
Participação de Bem. em Ev./Sin. Indenizáveis		0,00	-100,0%	386.138,21
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		0,00	-	0,00
Outros Créditos de Op. c/ Planos de Assist. Saúde		0,00	-	0,00
Créditos de Op. Ass. Saúde Ñ Rel. Planos Saúde Op.	4 (1.1.4)	468.276,51	5,4%	444.130,53
Despesas Diferidas		0,00	-	0,00
Créditos Tributários e Previdenciários		0,00	-100,0%	2.410,39
Bens e Títulos a Receber	4 (1.1.5)	8.462.969,11	8,4%	7.808.468,05
Despesas Antecipadas	4 (1.1.6)	2.200,00	-	0,00
Conta-Corrente com Cooperados		0,00	-	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>5.112.047,70</u>	-67,9%	<u>15.948.920,83</u>
Realizável a Longo Prazo		<u>3.144.409,20</u>	-74,1%	<u>12.139.625,15</u>
Aplicações Financeiras		0,00	-	0,00
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		0,00	-	0,00
Aplicações Livres		0,00	-	0,00
Créditos Tributários e Previdenciários		0,00	-100,0%	8.601.819,96
Títulos e Créditos a Receber		0,00	-	0,00
Despesas de Comercialização Diferidas		0,00	-	0,00
Ativo Fiscal Diferido		0,00	-	0,00
Depósitos Judiciais e Fiscais	4 (1.2.1)	1.599.796,77	14,8%	1.393.192,76
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	4 (1.2.2)	1.544.612,43	-28,0%	2.144.612,43
Conta-Corrente com Cooperados		0,00	-	0,00
Investimentos		<u>0,00</u>	-100,0%	<u>1.702.038,31</u>
Participações Soc. pelo Método de Eq. Patrimonial		<u>0,00</u>	-	<u>0,00</u>
Participações Soc. - Op. Planos de Assist. a Saúde		0,00	-	0,00
Participações Societárias em Rede Assistencial		0,00	-	0,00
Participações em Outras Sociedades		0,00	-	0,00
Participações Societárias pelo Método de Custo		0,00	-	0,00
Outros Investimentos		0,00	-100,0%	1.702.038,31
Imobilizado	4 (1.2.3)	<u>1.858.904,34</u>	-7,0%	<u>1.998.523,21</u>
Imóveis de Uso Próprio		<u>8.510,00</u>	0,0%	<u>8.510,00</u>
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		8.510,00	0,0%	8.510,00
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		0,00	-	0,00
Imobilizado de Uso Próprio		<u>285.016,00</u>	-32,2%	<u>420.566,66</u>
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		263.206,12	-6,6%	281.690,15
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		21.809,88	-84,3%	138.876,51
Imobilizações em Curso		1.120.769,32	0,0%	1.120.769,32
Outras Imobilizações		<u>444.609,02</u>	-0,9%	<u>448.677,23</u>
Intangível	4 (1.2.4)	108.734,16	0,0%	108.734,16
TOTAL DO ATIVO		<u>18.133.278,32</u>	-38,6%	<u>29.537.396,91</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)

PORTO ALEGRE CLINICAS LTDA

CNPJ/MF. 89.890.172/0001-91

Porto Alegre-RS

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO	NOTAS	31/12/2021	AH	31/12/2020
PASSIVO CIRCULANTE		<u>12.037.667,03</u>	36,4%	<u>8.826.724,50</u>
Provisões Técnicas de Operações de Ass. à Saúde	4 (2.1.1)	<u>4.955.518,35</u>	34,8%	<u>3.675.552,48</u>
Provisões de Prêmios / Contraprestações		<u>0,00</u>	-	<u>0,00</u>
Provisão de Prêmio / Contr. Não Ganha - PPCNG		0,00	-	0,00
Provisão de Insuficiência de Prêmios		0,00	-	0,00
Provisão para Remissão		0,00	-	0,00
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		2.660.007,89	78,4%	1.491.191,57
Provisão de Ev./Sin. Liquidar Outros Prest. Serv. Ass.		304.043,14	-38,8%	496.635,99
Provisão para Ev./Sin. Ocorridos e Não Av. (PEONA)		1.991.467,32	18,0%	1.687.724,92
Outras Provisões Técnicas		0,00	-	0,00
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		<u>0,00</u>	-	<u>0,00</u>
Contraprestações / Prêmios a Restituir		0,00	-	0,00
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		0,00	-	0,00
Comercialização sobre Operações		0,00	-	0,00
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		0,00	-	0,00
Débitos de Operações de Adm. de Benefícios		0,00	-	0,00
Outros Débitos de Op. Planos de Assistência à Saúde		0,00	-	0,00
Débitos Op. Assist. Saúde Ñ Rel. Planos Saúde da Op.		0,00	-	0,00
Provisões		0,00	-	0,00
Provisão para IR e CSLL		0,00	-	0,00
Provisões para Ações Judiciais		0,00	-	0,00
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	4 (2.1.2)	6.542.202,54	42,0%	4.607.961,82
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	4 (2.1.3)	3.383,67	-1,9%	3.449,09
Débitos Diversos	4 (2.1.4)	536.562,47	-0,6%	539.761,11
Conta-Corrente de Cooperados		0,00	-	0,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>14.988.634,81</u>	-16,4%	<u>17.937.069,91</u>
Provisões Técnicas de Operações Assist. à Saúde		<u>1.886.444,60</u>	-0,4%	<u>1.893.185,56</u>
Provisão de Pr./Contr. Não Ganha - PPCNG		0,00	-	0,00
Provisão de Insuficiência de Prêmios		0,00	-	0,00
Provisão para Remissão		0,00	-	0,00
Provisão de Ev./Sin. a Liquidar para o SUS	4 (2.1.1)	1.886.444,60	-0,4%	1.893.185,56
Provisão de Ev./Sin. a Liquidar Outros Prest. Ser. Ass.		0,00	-	0,00
Provisão para Ev./Sin. Ocorridos e Não Av. (PEONA)		0,00	-	0,00
Outras Provisões Técnicas		0,00	-	0,00
Provisões		<u>314.247,53</u>	0,0%	<u>314.247,53</u>
Provisões para Tributos Diferidos		0,00	-	0,00
Provisões para Ações Judiciais		314.247,53	0,0%	314.247,53
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	4 (2.1.2)	12.787.942,68	-18,6%	15.700.785,55
Tributos e Contribuições		12.787.942,68	-18,6%	15.700.785,55
Parcelamento de Tributos e Contribuições		0,00	-	0,00
Tributos e Contr. Rel. a IN 20 (Cooperativas) - Parcel.		0,00	-	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		0,00	-	0,00
Débitos Diversos		0,00	-100,0%	28.851,27
PASSIVO DESCOBERTO	5	<u>-8.893.023,52</u>	-420,6%	<u>2.773.602,50</u>
Capital Social / Patrimônio Social		9.637.130,00	36,9%	7.037.000,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		0,00	-100,0%	2.600.130,00
Reservas		<u>0,00</u>	-	<u>0,00</u>
Reservas de Capital / Reservas Patrimoniais		0,00	-	0,00
Reservas de Reavaliação		0,00	-	0,00
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits		0,00	-	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	-	0,00
(-) Ações em Tesouraria		0,00	-	0,00
Lucros/Prejuízo - Sup./Déficits Ac. ou Resultado		-18.530.153,52	170,0%	-6.863.527,50
TOTAL DO PASSIVO		<u>18.133.278,32</u>	-38,6%	<u>29.537.396,91</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)

PORTO ALEGRE CLINICAS Assinado de forma digital por PORTO
 LTDA:89890172000191 ALEGRE CLINICAS LTDA:89890172000191
 Dados: 2022.04.20 13:06:53 -03'00'

GEANINE PATRICIA Assinado de forma digital por
 DURAND DOS GEANINE PATRICIA DURAND DOS
 SANTOS:69041105034
 SANTOS:69041105034 Dados: 2022.04.19 09:41:57 -03'00'

CEC AUDITORES Assinado de forma digital
 INDEPENDENTES S por CEC AUDITORES
 S:10893640000121 INDEPENDENTES S
 S:10893640000121 Dados: 2022.03.31 10:06:05
 -03'00'

PORTO ALEGRE CLINICAS LTDA
CNPJ/MF. 89.890.172/0001-91
 Porto Alegre-RS
 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	31/12/2021	AH	31/12/2020
Contr. Efetivas/Pr. Ganhos de Plano de Assist. à Saúde	<u>19.058.250,79</u>	4,4%	<u>18.261.245,89</u>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	<u>19.736.687,24</u>	3,5%	<u>19.068.631,21</u>
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	19.736.687,24	3,5%	19.068.631,21
Varição das Prov. Técnicas de Op. Assist. à Saúde	0,00	-	0,00
Receitas com Administração	0,00	-	0,00
(-) Tributos Diretos de Op. Planos de Assist. Saúde Op.	-678.436,45	-16,0%	-807.385,32
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	<u>-10.265.257,55</u>	9,6%	<u>-9.369.288,33</u>
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	-10.034.997,32	7,9%	-9.296.121,36
Varição da Provisão de Ev./Sin. Ocorridos e Não Avisados	-230.260,23	214,7%	-73.166,97
RESULTADO DAS OPER. PLS DE ASSIST. À SAÚDE	<u>8.792.993,24</u>	-1,1%	<u>8.891.957,56</u>
Outras Receitas Op. de Planos de Assist. Saúde	166.539,76	47,2%	113.113,29
Receitas de Assist. Saúde Não Rel. Planos de Saúde da Op.	<u>1.837.630,94</u>	50,7%	<u>1.219.362,99</u>
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	1.824.951,32	58,8%	1.149.493,34
Receitas com Operações de Assistência Odontológica	0,00	-	0,00
Receitas com Op. Assist. Médico-Hospitalar (SUS)	0,00	-	0,00
Receitas com Operações de Assist. Odontológica (SUS)	0,00	-	0,00
Outras Receitas de Prest. Serv. Adm. de Benefícios	0,00	-	0,00
Receitas com Adm. Intercâmbio Eventual - Assist. Odont.	0,00	-	0,00
Receitas com Adm. Intercâmbio Ev. - Assist. Médico Hosp.	0,00	-	0,00
Outras Receitas Operacionais	12.679,62	-81,9%	69.869,65
(-) Tributos Diretos de Outras Ativ. Assist. Saúde	0,00	-	0,00
Outras Despesas Op. Plano de Assistência à Saúde	<u>-284.762,27</u>	1070,9%	<u>-24.318,92</u>
Outras Despesas de Op. Planos de Assistência à Saúde	0,00	-	0,00
Programas de Prom. da Saúde e Prev. de Riscos e Doenças	0,00	-	0,00
(-) Recuperação de Outras Desp. Opera. de Assist. à Saúde	0,00	-	0,00
Provisão para Perdas Sobre Créditos	-284.762,27	1070,9%	-24.318,92
Outras Desp. Op. Ass. Saúde Não Rel. Planos Saúde da Op.	-305.853,37	-38,0%	-493.325,42
RESULTADO BRUTO	<u>10.206.548,30</u>	5,1%	<u>9.706.789,50</u>
Despesas de Comercialização	0,00	-	0,00
Despesas Administrativas	-9.554.832,20	31,5%	-7.268.532,17
Resultado Financeiro Líquido	<u>-461.885,31</u>	343,6%	<u>-104.114,52</u>
Receitas Financeiras	127.232,37	-57,9%	302.225,05
Despesas Financeiras	-589.117,68	45,0%	-406.339,57
Resultado Patrimonial	<u>0,00</u>	-100,0%	<u>-965,18</u>
Receitas Patrimoniais	0,00	-	0,00
Despesas Patrimoniais	0,00	-100,0%	-965,18
Resultado com Seguro e Resseguro	0,00	-	0,00
Receitas com Seguro e Resseguro	0,00	-	0,00
Despesas com Seguro Resseguro	0,00	-	0,00
RESULTADO ANTES DOS IMP. E PART.	<u>189.830,79</u>	-91,9%	<u>2.333.177,63</u>
Imposto de Renda	-186.193,87	-66,7%	-559.293,81
Contribuição Social	-72.506,94	-65,5%	-209.985,99
Impostos Diferidos	0,00	-	0,00
Participações sobre o Lucro	0,00	-	0,00
RESULTADO LÍQUIDO	<u>-68.870,02</u>	-104,4%	<u>1.563.897,83</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)

GEANINE PATRICIA
 DURAND DOS
 SANTOS:69041105034

Assinado de forma digital por
 GEANINE PATRICIA DURAND DOS
 SANTOS:69041105034
 Dados: 2022.04.19 09:41:17 -03'00'

CEC AUDITORES
 INDEPENDENTES S
 S:1089364000012
 1

Assinado de forma digital
 por CEC AUDITORES
 INDEPENDENTES S
 S:1089364000012
 Dados: 2022.03.31
 10:07:33 -03'00'

PORTO ALEGRE CLINICAS
 LTDA:89890172000191

Assinado de forma digital por PORTO
 ALEGRE CLINICAS LTDA:89890172000191
 Dados: 2022.04.20 13:07:23 -03'00'

PORTO ALEGRE CLINICAS LTDA

CNPJ/MF. 89.890.172/0001-91

Porto Alegre-RS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC PELO MÉTODO DIRETO EM: 31/12/2021

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

	31/12/2021	AH	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimento de Planos de Saúde	19.736.687,24	7,3%	18.400.296,22
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	-82.167,63	-748,3%	12.673,64
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	87.669,69	266,3%	23.935,99
(+) Outros Recebimentos Operacionais	2.004.170,70	433,4%	375.750,96
(-) Pagamento a Fornecedores/Prest. de Serviço de Saúde	-10.034.997,32	-10,2%	-11.171.386,43
(-) Pagamento de Comissões	0,00	-100,0%	-62.765,24
(-) Pagamento de Pessoal	-2.342.048,91	-33,5%	-3.520.379,30
(-) Pagamento de Pró-Labore	-23.455,49	-	0,00
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	-1.555.710,78	65,9%	-937.735,91
(-) Pagamento de Tributos	-678.436,45	239,5%	-199.812,57
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trab./Trib.)	0,00	-	0,00
(-) Pagamento de Aluguel	-2.569.100,08	210,3%	-827.831,80
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	-175.023,10	13,0%	-154.860,73
(-) Aplicações Financeiras	-93.171,75	-	0,00
(-) Outros Pagamentos Operacionais	-6.734.204,27	311,5%	-1.636.410,63
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIV. OPERACIONAIS	-2.459.788,15	-915,9%	301.474,20
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Hospitalar	0,00	-	0,00
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Outros	0,00	-	0,00
(+) Recebimento de Venda de Investimentos	0,00	-	0,00
(+) Recebimento de Dividendos	0,00	-	0,00
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	0,00	-100,0%	1.700.000,00
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	0,00	-	0,00
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	-7.665,68	-	0,00
(-) Pagamentos Relativos ao Ativo Intangível	0,00	-	0,00
(-) Pagamento de Aquisição de Part. em Outras Empresas	0,00	-100,0%	2.038,46
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento	0,00	-100,0%	-1.700.000,00
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIV. DE INVESTIMENTO	-7.665,68	-476,1%	2.038,46
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	2.600.130,00	-	0,00
(+) Recebimento – Empréstimos/Financiamentos	178.859,17	-	0,00
(+) Títulos - Descontados	0,00	-	0,00
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	97.739,25	-	0,00
(-) Pagamento de Juros – Empréstimos/Finan./Leasing	-53.902,47	-85,3%	-367.374,37
(-) Pagamento de Amortização – Empr./Finan./Leasing	-178.924,59	-	0,00
(-) Pagamento de Participação nos Resultados	0,00	-	0,00
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento	-139.280,30	-	0,00
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIV. DE FINANCIAMENTO	2.504.621,06	-781,8%	-367.374,37
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA			
	37.167,23	-158,2%	-63.861,71
CAIXA/BANCOS – Saldo Inicial	16.427,06	-79,5%	80.288,77
CAIXA/BANCOS - Saldo Final	53.594,29	226,3%	16.427,06

(As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)

GEANINE PATRICIA
DURAND DOS
SANTOS:69041105034

Assinado de forma digital por
GEANINE PATRICIA DURAND DOS
SANTOS:69041105034
Dados: 2022.04.19 09:43:18 -03'00'

PORTO ALEGRE CLINICAS
LTDA:89890172000191

Assinado de forma digital por
PORTO ALEGRE CLINICAS
LTDA:89890172000191
Dados: 2022.04.20 13:07:54 -03'00'

CEC AUDITORES
INDEPENDENTES S
S:1089364000012

Assinado de forma digital
por CEC AUDITORES
INDEPENDENTES S
S:10893640000121
Dados: 2022.03.31 10:06:38
-03'00'

PORTO ALEGRE CLINICAS LTDA
 CNPJ/MF. 89.890.172/0001-91
 Porto Alegre-RS

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMONIO SOCIAL
 DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2021
 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

	Capital/ Patrimônio Social	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	Reservas de Capital/ Patrimoniais	Reservas de Lucros / Sobras / Retenções			Reservas de Sobras / Retenção de Superávits			(-) Ações em Tesouraria	Prej./Déficits Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reserva Estatutárias	Reserva Contingências	Fundo de Reserva	Outras Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	5.337.000,00	-	3.134.024,27	-	-	-	-	-	-	31.500,00	- 11.639.073,15	- 3.199.548,88
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos da mudança de critérios contábeis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retificação de erros de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	455.446,54	455.446,54
Aumentos de Capital / Patrimônio Social com lucros e reservas e em espécie	1.700.000,00	4.300.130,11	-	-	-	-	-	-	31.500,00	31.500,00	6.063.130,11	6.063.130,11
Reversões de Reservas	-	1.700.000,11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.700.000,11
Reservas de Capital/Patrimoniais (detalhar)	-	-	3.134.024,27	-	-	-	-	-	-	-	3.134.024,27	-
Reserva de Reavaliação:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	501.570,09	501.570,09
Lucro/Superávit /Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.563.897,83	1.563.897,83
Proposta da destinação do lucro/superávit:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas Estatutárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Reservas de Lucros (detalhar)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros Cap. Próprio/Lucros /Sobras a distribuir (detalhar):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R\$ por ação/cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	7.037.000,00	2.600.130,00	-	-	-	-	-	-	-	-	- 6.863.527,50	2.773.602,50
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retificação de erros de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.597.756,00	11.597.756,00
Aumentos de Capital / Patrimônio Social com lucros e reservas e em espécie	2.600.130,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.600.130,00
Reversões de Reservas	-	2.600.130,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.600.130,00
Reservas de Capital/Patrimoniais (detalhar)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Reavaliação:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro/Superávit /Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	68.870,02	68.870,02
Proposta da destinação do lucro/superávit:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas Estatutárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Reservas de Lucros (detalhar)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros Cap. Próprio/Lucros /Sobras a distribuir (detalhar):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R\$ por ação/cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	9.637.130,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	- 18.530.153,52	8.893.023,52

(As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)

PORTO ALEGRE CLINICAS
 LTDA:89890172000191
 Assinado de forma digital por PORTO ALEGRE CLINICAS
 LTDA:89890172000191
 Dados: 2022.04.20 13:08:25 -03'00'

GEANINE PATRICIA
 DURAND DOS
 SANTOS:690411050
 34
 Assinado de forma digital por GEANINE PATRICIA DURAND
 DOS SANTOS:69041105034
 Dados: 2022.04.19 09:40:01
 -03'00'

CEC AUDITORES
 INDEPENDENTES S
 S:10893640000121
 S:10893640000121
 Assinado de forma digital por CEC AUDITORES
 INDEPENDENTES S
 S:10893640000121
 Dados: 2022.03.31 10:07:06
 -03'00'



NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

NOTA 01. CONTEXTO OPERACIONAL

A **PORTO ALEGRE CLÍNICAS LTDA.**, sociedade empresária privada, com estrutura jurídica própria, habilitada à prática das atividades que lhe são atribuídas e regulamentadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), atuando no mercado como Operadora de Planos de Saúde e na Prestação de Serviços de Assistência Médica.

A Entidade tem como atividades preponderantes: (i) cobertura de custos de assistência médica e hospitalar de seus beneficiários, e (ii) a prestação de serviços médico-hospitalares.

NOTA 02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis inerentes aos exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020 (comparativas) encontram-se apresentadas em reais. A elaboração e apresentação das demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base os termos da NBC TG 1000 aprovada pela Resolução do CFC nº 1255/2009 e a ITG 2000 aprovada pela Resolução do CFC nº 1330/2011 que trata da Escrituração Contábil.

As demonstrações contábeis do exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, podem conter reclassificações, quando aplicáveis, para melhoria da informação e comparabilidade.

Ao elaborar as demonstrações contábeis, a administração avaliou a capacidade da entidade, continuar em operação em futuro previsível e declara que não tem a intenção de liquidá-la ou cessar seus negócios, ou ainda não apresenta evidências realistas para a descontinuação de suas atividades.

A administração da sociedade declara que não ocorreram eventos subsequentes entre a data do encerramento das demonstrações contábeis e a data de autorização para emissão dessas demonstrações.

NOTA 03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

Receita: o resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios.

Custo: os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada. Como parte dessas faturas não está dentro do período da sua competência, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de provisão.

b) Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.



c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem saldos positivos em caixa e contas correntes bancárias de livre movimentação.

d) Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas em: Aplicações Financeiras Vinculadas à ANS e Aplicações Financeiras Não Vinculadas, reconhecidas contabilmente pelo seu valor justo.

e) Contraprestações Pecuniárias a Receber

São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

A Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC de contraprestações efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, para planos coletivos e há mais de 60 dias, para planos individuais, quando existentes. A administração da entidade revisa periodicamente o critério de constituição da PPSC para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira.

f) Títulos e Créditos a Receber

Estão representados por Adiantamentos a Fornecedores e Cheques Devolvidos a Receber, registrados pelos valores nominais.

g) Investimentos

São representados por participações em empresa coligada e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

h) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimadas dos bens às taxas permitidas pela legislação fiscal.

i) Intangível

Os ativos intangíveis, adquiridos separadamente, são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada.

j) Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a empresa possui obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. É acrescido, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.



As provisões, quando necessárias, são constituídas e registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k) Provisões Técnicas

Calculadas com base em metodologia estabelecida pela ANS, RN n°. 393/2015 (com alterações), excetuando-se a provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde, efetivamente recebidas pelas operadoras, conforme estabelecido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

l) Tributos e Contribuições a Recolher

Obrigações para imposto de renda constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real e, atingindo os limites previstos na legislação acrescenta o adicional de 10%. A contribuição social é provisionada à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado, conforme legislação em vigor.

NOTA 04. COMPOSIÇÃO DE SALDOS DO BALANÇO PATRIMONIAL

1. Ativo

1.1. Ativo Circulante

1.1.1. Disponível

Descrição	2021	2020
Caixa	24.396,97	13.992,36
Bancos Conta Movimento	29.197,32	2.434,70
Aplicações de Liquidez Imediata	0,00	0,00
Total	53.594,29	16.427,06

1.1.2. Aplicações Financeiras

Descrição	2021	2020
Aplicações Garantidoras de Prov. Técnicas	2.586.434,50	2.498.764,81
Cotas de Fundos de Investimentos	2.586.434,50	2.498.764,81
Aplicações Livres	30.492,79	30.492,79
Depósitos Bancários a Prazo - CDB/RDB	30.492,79	30.492,79
Total	2.616.927,29	2.529.257,60

Formada por ativos garantidores de Provisões Técnicas vinculadas e livres.



1.1.3. Créditos Operações Plano Assistência Saúde

Descrição	2021	2020
Cobertura Assistencial com Preço Prestabelecido	1.417.263,42	2.384.070,43
Contraprestação Pecuniária/Prêmios a Receber	1.884.381,40	2.565.080,47
Individual	787.143,77	136.058,62
Coletivo sem Administradora de Benefícios como Estipulante	1.097.237,63	2.429.021,85
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos	467.117,98	181.010,04
Individual	185.512,30	6.545,97
Coletivo sem Administradora de Benefícios como Estipulante	281.605,68	174.464,07
Cobertura Assistencial com Preço Pós estabelecido	0,00	17.573,81
Contraprestação Pecuniária/Prêmios a Receber	0,00	17.573,81
Individual	0,00	17.573,81
Participação dos Beneficiários em Ev./Sin. Ind. Méd. Hosp.	0,00	386.138,21
Total	1.417.263,42	2.787.782,45

1.1.4. Créditos Operações Assistência à Saúde Não Relacionado c/Planos de Saúde

Descrição	2021	2020
Contas a Receber	468.276,51	444.130,53
Total	468.276,51	444.130,53

1.1.5. Bens e Títulos a Receber

Descrição	2021	2020
Estoques	373.020,98	584.310,46
Estoques	189.528,12	247.739,02
Almoxarifado	183.492,86	336.571,44
Títulos a Receber	8.073.640,53	7.159.912,74
Cheques e Ordens a Receber	49.023,47	163.245,36
Outros Títulos a Receber	8.024.617,06	6.996.667,38
Outros Créditos a Receber	16.307,60	64.244,85
Outros Créditos ou Bens a Receber	16.307,60	64.244,85
Total	8.462.969,11	7.808.468,05



1.1.6. Despesas Antecipadas

Descrição	2021	2020
Despesas Patrimoniais	2.200,00	0,00
Total	2.200,00	0,00

1.2. Ativo Não Circulante

1.2.1. Depósitos Judiciais e Fiscais

Descrição	2021	2020
Depósitos Judiciais - Eventos / Sinistros	1.160.681,50	1.152.138,45
Depósitos Judiciais e Fiscais - Tributos	95.584,96	41.116,07
Depósitos Judiciais - Cíveis	106.348,23	39.983,54
Depósitos Judiciais- Trabalhistas	237.182,08	159.954,70
Total	1.599.796,77	1.393.192,76

1.2.2. Outros Créditos a Receber a Longo Prazo

Descrição	2021	2020
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	1.544.612,43	2.144.612,43
Total	1.544.612,43	2.144.612,43

1.2.3. Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação está sendo calculada com base nos saldos das contas patrimoniais pelos índices da Instrução Normativa RFB N° 1.700/2017.

Em continuidade ao Planejamento da organização, levantamento, apuração e melhorias de processo, que se iniciou em 2018, e que permanece em andamento à realização para teste de impairment aos Ativos, como também, para a certificação dos respectivos valores em que estão subavaliados ou superavaliados referente aos saldos contabilizados.

Observamos que no ano de 2020 tivemos dificuldades devido a pandemia, visto a logística externa de pessoal técnico para os processos administrativos nas filias, como também, o acompanhamento coletivo para orientações ao avanço de catalogações, recontagens e aplicação ao bom desenvolvimento estrutural do nosso planejamento, entretanto, conseguimos avançar em matrizes de apurações ao nosso Imobilizado e, em núcleos de controles, buscando estratégias de aplicação aos desenvolvimentos de processos, na medida em que, compreendermos os mecanismo gerados para as certificações, contudo, o processo não foi concluído para fechamento das Demonstrações contábeis em 2020, porém, estamos em frequente continuidade para implementações aos processos, adaptando-nos aos imprevistos e construindo aplicações eficientes para apresentações conclusivas.



Descrição	Custo	Adições	Baixas	Depreciação Acumulada	2021	2020	% Depr.
Imóveis de Uso Próprio Hosp./Odont.	8.510,00	0,00	0,00	0,00	8.510,00	8.510,00	
Edificações	8.510,00	0,00	0,00	0,00	8.510,00	8.510,00	4
Imobilizado de Uso Pr. - Hosp./Odont.	1.329.368,27	7.356,38	0,00	1.073.518,53	263.206,12	281.690,15	
Instalações	101.003,71	0,00	0,00	47.634,49	53.369,22	59.057,13	10
Máquinas e Equipamentos	707.337,23	912,71	0,00	650.156,45	58.093,49	63.300,18	10
Eq. de Proc. Eletrônico de Dados - Hardware	150.401,97	332,17	0,00	117.836,99	32.897,15	39.981,25	20
Móveis e Utensílios	108.956,24	6.111,50	0,00	214.484,08	-99.416,34	-100.975,28	10
Veículos	51.244,61	0,00	0,00	43.406,52	7.838,09	9.902,36	20
Reavaliação Móveis e Utensílios	206.424,51	0,00	0,00	0,00	206.424,51	206.424,51	
Reavaliação Veículos	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00	
Imobilizado de Uso Pr. - Não Hosp./Não Odont.	539.612,17	309,30	98.499,00	419.612,59	21.809,88	138.876,51	
Instalações	0,00	0,00	0,00	16.750,60	-16.750,60	-16.750,60	10
Máquinas e Equipamentos	105.912,68	0,00	19.699,80	64.687,35	21.525,53	45.618,98	10
Móveis e Utensílios	162.763,51	309,30	78.799,20	101.763,71	-17.490,10	67.620,44	10
Veículos	270.935,98	0,00	0,00	236.410,93	34.525,05	42.387,69	20
Imobiliza. em Curso - Não Hosp./Não Odont.	1.120.769,32	0,00	0,00	0,00	1.120.769,32	1.120.769,32	
Outras Imobilizações	1.120.769,32	0,00	0,00	0,00	1.120.769,32	1.120.769,32	
Outras Imobilizações - Hosp./Odont.	480.072,65	0,00	0,00	35.463,63	444.609,02	448.677,23	
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	406.437,28	0,00	0,00	0,00	406.437,28	406.437,28	10
Outras Imobilizações	73.635,37	0,00	0,00	35.463,63	38.171,74	42.239,95	
Total do Imobilizado	3.478.332,41	7.665,68	98.499,00	1.528.594,75	1.858.904,34	1.998.523,21	

1.2.4. Intangível

Contas	Custo	Adições	Baixas	Amortização Acumulada	2021	2020	% Amort.
Ativo Intangível - Hosp./Odont.	19.999,98	0,00	0,00	0,00	19.999,98	19.999,98	
Marcas Comerciais	19.999,98	0,00	0,00	0,00	19.999,98	19.999,98	
Ativo Intangível - Não Hosp./Não Odont.	88.734,18	0,00	0,00	0,00	88.734,18	88.734,18	% Amort.
Sistema de Computação	88.734,18	0,00	0,00	0,00	88.734,18	88.734,18	20
Total Ativo Intangível	108.734,16	0,00	0,00	0,00	108.734,16	108.734,16	



2. Passivo

2.1. Passivo Circulante

2.1.1. Provisões Técnicas Operações Assistência à Saúde – Passivo Circulante/Não Circulante

Descrição	2021	2020
Passivo Circulante	4.955.518,35	3.675.552,48
Provisão de Eventos/Sinistro a Liquidar para o SUS	1.851.855,16	847.160,71
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS - Parcelamento	808.152,73	644.030,86
Rede Contratada/Credenciada	303.135,06	496.635,99
Reembolso	908,08	0,00
Provisão para Eventos/Sin. Ocorridos e Não Avis. (PEONA)	1.991.467,32	1.687.724,92
Passivo Não Circulante	1.886.444,60	1.893.185,56
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS	1.886.444,60	1.893.185,56
Total	6.841.962,95	5.568.738,04

2.1.2. Tributos e Encargos Sociais a Recolher – Passivo Circulante/Não Circulante

Descrição	2021	2020
Passivo Circulante	6.542.202,54	4.607.961,82
<u>Tributos e Contribuições</u>	<u>5.244.975,64</u>	<u>3.696.487,73</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Pagar	1.099.278,49	914.371,82
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido a Pagar	433.196,05	361.133,51
Imposto Sobre Serviços - ISS	860.245,54	752.550,21
Contribuições Previdenciárias	1.523.152,85	792.098,29
FGTS a Recolher	57.890,06	52.082,94
COFINS e PIS / PASEP	1.271.212,65	824.250,96
<u>Retenções de Imposto e Contribuições</u>	<u>1.297.226,90</u>	<u>911.474,09</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte de Funcionários	74.764,49	23.206,38
Imposto de Renda Retido na Fonte de Terceiros	398.209,53	306.084,83
Imposto Sobre Serviços Retido na Fonte	22.922,24	32.763,45
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	139.187,85	94.418,45
COFINS	443.562,07	303.105,59
PIS	115.957,62	85.273,63
Contribuições Previdenciárias Retidas de Terceiros	102.623,10	66.621,76
Passivo Não Circulante	12.787.942,68	15.700.785,55
<u>Tributos e Contribuições</u>	<u>12.787.942,68</u>	<u>15.700.785,55</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	389.907,83	399.058,70
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido -CSLL	314.886,80	314.886,80
Outros Impostos e Contribuições a Recolher	12.083.148,05	14.986.840,05
Total	19.330.145,22	20.308.747,37



2.1.3. Empréstimos e Financiamentos a Pagar – Passivo Circulante

Descrição	2021	2020
Empréstimos Bancários	3.383,67	3.449,09
Total	3.383,67	3.449,09

Os recursos dos empréstimos contraídos junto às Instituições Financeiras, serviram para melhorar a performance da operação, correlacionado diretamente ao atendimento do beneficiário.

2.1.4. Débitos Diversos – Passivo Circulante

Descrição	2021	2020
Salários a Pagar (i)	200.498,48	295.222,67
Décimo Terceiro Salário (i)	20.516,06	22.379,60
Outras Obrigações com Pessoal (ii)	184.948,75	122.274,44
Fornecedores de Bens (iii)	130.599,18	99.884,40
Total	536.562,47	539.761,11

(i) **Salários a Pagar** – Salários a Pagar Funcionários e Pró-Labore Diretores 31/12/2021.

(ii) **Outras Obrigações com Pessoal** – Férias; FGTS Férias e INSS Férias.

(iii) **Fornecedores** – Referente Fornecedores de Bens;

NOTA 05. PASSIVO DESCOBERTO

a) Capital Social

O Capital Social que era de R\$ 7.037.000,00 (sete milhões e trinta e sete mil reais) dividido em 7.037.000 (sete milhões, trinta e sete mil) quotas de capital no valor nominal de 1,00 (um real) cada uma, passou para R\$ 9.637.130,00 (nove milhões, seiscentos e trinta e sete mil, cento e trinta reais), dividido em 9.637.130 (nove milhões, seiscentos e trinta e sete mil, cento e trinta quotas) efetuado em moeda corrente nacional. Alteração e Consolidação do Contrato Social, registrada sob nº 7911208 na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul em 06/10/2021.

b) Prejuízo Acumulado

O prejuízo acumulado que era de (R\$ 6.863.527,50) em 31/12/2020 aumentou para (R\$ 18.530.153,52) em 31/12/2021, com aumento de R\$ 11.666.626,02 no período. As mutações ocorridas estão apresentadas na Demonstração de Resultado – DR e Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido – DMPL de 31/12/2021.

NOTA 06. DIREÇÃO FISCAL

Em 11 de Fevereiro de 2021, publicado no Diário Oficial da União, a Resolução Operacional de Nº 2.644, a Diretoria colegiada da Agência Nacional de Saúde Complementar – ANS, considerando as anormalidades



econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.030550/2019-68, que adotou a Resolução Operacional-RO, em vigor na data da publicação, ficou-se instaurada o Regime da Direção Fiscal (DF).

NOTA 07. AJUSTE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Retificação de erros de exercícios anteriores, no montante de R\$ 11.597.756,00, conforme discriminado na Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL.

Porto Alegre (RS), 31 de dezembro de 2021.

MARIA CRISTINA NUNES
DAS CHAGAS:40106535072

Assinado de forma digital por MARIA CRISTINA NUNES DAS
CHAGAS:40106535072
DN: c=BR, o=CP.Brasil, ou=31725974000166, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil, RFBR, ou=REBR=CPF, ou=BR
BRANCO, ou=IDSoconferencia, cn=MARIA CRISTINA NUNES DAS
CHAGAS:40106535072
Data: 2022.04.20 14:37:39 -03'00'

Maria Cristina Nunes das Chagas
Sócia - Administradora
CPF : 401.065.350-72

GEANINE PATRICIA DURAND
DOS SANTOS:69041105034

Assinado de forma digital por GEANINE
PATRICIA DURAND DOS
SANTOS:69041105034
Dados: 2022.04.20 14:37:39 -03'00'

Geanine Patricia Durand dos Santos
Contadora
CRC-RS 76.534
CPF. 690.411.050-34